

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÕES Nº , DE 2008.

(do Senhor Deputado Moreira Mendes)

Solicita informações ao Exmo. Sr. Carlos Minc Baumfeld, Ministro de Estado do Meio Ambiente, sobre a destinação dos recursos provenientes das doações de entidades internacionais para o Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil - PPG7, que tem por objetivo o financiamento de projetos pilotos de preservação de florestas tropicais.

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, com base no § 2º do art. 50 da Constituição Federal e na forma do arts. 115 e 116 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, que seja encaminhado, por meio da Mesa Diretora desta Casa, ao Exmo. Sr. Carlos Minc Baumfeld, Ministro de Estado do Meio Ambiente, pedido de informações sobre a destinação dos recursos provenientes do Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil - PPG7, que disponibiliza doações de entidades internacionais para o Meio Ambiente.

JUSTIFICATIVA

Em razão da reportagem veiculada no Jornal Folha de São Paulo no dia 02/07/2008, anexa a este requerimento, como parlamentar, requeiro informações sobre a destinação dada pelo Governo aos recursos provenientes de doações internacionais.

A citada reportagem informa que depois de acumular US\$ 402,383 milhões em doações de países desenvolvidos nos dezesseis anos do programa PPG7, não foram gastos cerca de 30% desses recursos destinados a financiamentos de projetos pilotos de preservação de florestas tropicais, devido à falta de projetos ou ao atraso na sua execução, devolução de dinheiro e mudanças de prioridades por parte dos doadores.

Segundo dados do Ministério do Meio Ambiente, responsável pela coordenação do programa, o PPG7 tem como finalidade o desenvolvimento de estratégias para a proteção e o uso sustentável da Floresta Amazônica e da Mata Atlântica, associado a melhorias na qualidade de vida das populações locais. Foi criado na conferência Eco-92, no Rio, constituindo o maior programa de cooperação multilateral relacionado a uma temática ambiental de importância global.

A reportagem da Folha informa que o PPG7 registra um saldo de US\$ 125,761 milhões em doações, que ainda não foram aplicadas no programa que terminará em 2010, com oito anos de atraso e sem que parte das experiências tenham sido transformadas em políticas públicas.

Restam ainda, segundo o Jornal, US\$ 49,182 milhões de saldo sem destinação, 12,22% do total doado que corre o risco de ser devolvido, além de US\$ 5,849 milhões que foram devolvidos por perda de prazo de aplicação do dinheiro em projetos pilotos elaborados para preservação de florestas tropicais. Isso é contraditório, num momento em que o Ministro do Meio Ambiente busca doações para tentar financiar seus projetos.

A reportagem alega, ainda, que o Governo também aplicou recursos no programa, mas há um saldo de dinheiro brasileiro não aplicado de US\$ 7,899

milhões. Entre os projetos com os maiores saldos, estão: o que cria corredores ecológicos na Amazônia, o que estimula atividades econômicas sustentáveis entre povos indígenas e o da área da Mata Atlântica. São US\$ 57,320 milhões, que deverão ser gastos até 2010. É importante que se saiba a posição do Ministério do Meio Ambiente frente a estes dados.

Ao consultar o SIAFI, verifica-se que a execução de doações internacionais para o ano de 2008 foi nula, tendo sido ínfima nos anos anteriores. Devemos aguardar o término do programa para identificar o motivo da falta de aplicação e o atraso na execução dos recursos? A inação do governo poderá levar à perda das doações internacionais que poderiam ser utilizadas em vários projetos importantes, como em programas que incentivasse a população local a manter a floresta em pé, tal como o PL 3134/2008, de minha autoria, que institui o Programa Nacional de Recuperação e Conservação da Cobertura Vegetal (PNCC), uma espécie de “Bolsa-Preservação”, a ser entregue com exclusividade ao pequeno produtor para auxiliá-lo no processo de reflorestamento e preservação das florestas.

Senhor Presidente, o assunto é de alta relevância para os interesses da sociedade como um todo e para o uso sustentável da Floresta Amazônica e da Mata Atlântica, tema que vem sendo discutido amplamente na imprensa internacional, já que possui impacto global. Os dados são alarmantes e precisam ser devidamente esclarecidos. A inércia do Poder Executivo em relação a nossas florestas tropicais demonstra, mais uma vez, que o grande culpado pela devastação ocorrida na região é o próprio Governo.

Ante o exposto, solicito informações sobre os itens arrolados a seguir:

- Quais as entidades internacionais que doaram os recursos e respectivos países de origem;
- Qual o montante efetivamente aplicado no programa ano a ano;
- Qual o saldo de doações ainda não alocadas no programa, o motivo de sua não aplicação e as políticas públicas para a destinação deste recurso;
- Quais os projetos beneficiados pelo programa e os resultados obtidos;
- Informar o detalhamento da aplicação dos recursos internacionais para a demarcação de reservas e áreas indígenas;

- Quais as parcerias envolvidas no planejamento e na execução de atividades do programa e os executores em âmbito municipal, estadual e federal dos projetos aprovados;
- Informar se há parcerias com Organizações não governamentais -ONGs, caso positivo, especificar com quais;
- O direcionamento das doações internacionais para o Programa Amazônia Sustentável.

Desta forma, requeiro a Vossa Excelência o envio deste Requerimento de Informações, nos termos legais e regimentais, ao Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado do Meio Ambiente.

Sala das Sessões, em 08 de julho de 2008.

Deputado MOREIRA MENDES
PPS/RO